

## EDITORIAL

Passados quase dois meses da nossa greve; a nossa situação salarial continua a mesma. Para os funcionários, só os dois mil saíram. E saíram como abono, já que o governador vetou a incorporação ao salário e nós temos muitas dúvidas da capacidade do MDB de rejeitar o veto do governador.

Parece que seremos forçados novamente a entrar em greve para conseguirmos o nosso reajuste.

Internamente, a situação, que durante a greve esteve razoável, piorou. Existem professores sem contrato e sem receber, alguns processos irão comemorar o seu primeiro aniversário em agosto próximo. Soubemos que o Magnífico Reitor está despachando esses processos a conta-gotas com o governador (ou com alguém no Palácio dos Bandeirantes)!!!

Fazemos um apelo aqui, à toda comunidade universitária em especial ao Conselho Diretor, que salvem a dignidade da Universidade e reafirme a nossa autonomia. As reuniões do Conselho Diretor estão sendo sucessivamente adiadadas. Isso precisa parar.

Quem deve administrar a universidade é o Conselho Diretor (se bem que discordamos de sua composição) e não o governador (ainda mais o biônico).

\*\*\*

A ADUNICAMP decidiu aderir ao Comitê de solidariedade ao povo da Nicaragua. Pedimos a todos os professores que prestigiem todas atividades do Comitê e colabore de todas as maneiras com ele. As páginas deste Boletim estão tão abertas ao Comitê e a qualquer professor que queira escrever sobre a Nicaragua.

\*\*\*

Cumprindo as decisões da última Assembléia Geral da Unicamp, a Diretoria da Adunicamp consultou um advogado para saber a possibilidade de se mover uma ação judicial contra a Unicamp devido ao atraso de nossos pagamentos no último mês. As informações dadas pelo advogado foram:

(i) não é possível entrar com ação na Justiça Trabalhista porque para isso seria necessário um atraso de mais de um mês!!

(ii) é possível entrar com ação por danos e perdas na Justiça Civil, mas para isso é necessária a comprovação desses danos e perdas (multas, juros pagos, e etc.) e, além disso, o processo pode durar de dois a três anos (as pessoas interessadas em mover essa ação entrem em contato com a Adunicamp)!!

Consultou-se também o advogado acerca do que deveriam fazer as pessoas que trabalharam ou que estão trabalhando na Unicamp e não receberam devido a sustação dos processos ocasionados pela "lei eleitoral" e conseqüente decreto malufiano e outras barbaridades. Neste caso temos que entrar com uma ação na Justiça Trabalhista; com o processo levando de dois a três meses. Por esta via a pessoa deve provar vínculo empregatício (presença dada pelo Depto, testemunho de professores, alunos, etc.)

Pedimos às pessoas nestas situações que procurem a diretoria da Adunicamp para mais detalhes e para serem postas em contatos com advogados.

Queremos finalizar tecendo alguns comentários. Frente às informações dadas pelo advogado com relação ao atraso de nossos pagamentos, a única coisa que podemos concluir é que justiça no Brasil escreve-se com aspas. É uma justiça que não defende o interesse dos trabalhadores mas apenas os interesses dos patrões. Devemos continuar a lutar com todas as armas, inclusive a "justiça", pelos nossos direitos mas com a consciência de que cada vez mais devemos contar com as nossas próprias forças e que devemos modificar as leis que não nos interessam.

## CARTA ABERTA DA ADUNICAMP

Os professores da Unicamp, por intermédio de sua entidade representativa, a Associação dos Docentes da Unicamp, vem a público denunciar a situação crítica em que se encontra a Universidade. Essa situação, que já foi até objeto de reportagens de jornais de Campinas, se refere basicamente aos seguintes pontos:

- 1) Os arbitrários corte de verbas realizados pelo governador Maluf
- 2) O adiamento da assinatura de contratos de professores e pesquisadores que já estão trabalhando há vários meses, sem recebimento.
- 3) A morosidade na tramitação de processos de interesse de docentes, alguns já com mais de onze meses de demora.
- 4) A falta de reuniões do Conselho Diretor da Universidade, necessárias para a tomada de decisões importantes.

Esse conjunto de problemas, aos quais vem se somar consequências inevitáveis no plano pedagógico, científico e administrativo, está objetivamente prejudicando a função básica da Universidade, de formação e desenvolvimento científico e profissional. Por tanto, são problemas que dizem respeito ao conjunto da sociedade, que mantém com impostos esta instituição. Assim sendo, julgamos indispensável manter a opinião pública informada da insensibilidade governamental e das autoridades educacionais para com a situação crítica da UNICAMP. Deixamos claro que estamos mobilizados e lutaremos com toda energia para que esta universidade não perca sua reconhecida qualidade de trabalho.

Neste sentido, exigimos uma definição urgente do Reitor e do Conselho Diretor desta Universidade a respeito destes problemas, em defesa da autonomia universitária atualmente desrespeitada.

Associação dos Docentes da Universidade  
Estadual de Campinas  
(ADUNICAMP)

NOTA: Este documento foi mandado aos jornais, ao Reitor e Conselho Diretor.

## ZEFERINO FALA DA CRISE DA UNICAMP

Artigo publicado no "Diário do Povo"  
em 16/06/79

"A chamada crise na Universidade começou com a greve dos professores" declarou ontem o professor Zeferino Vaz, que por doze anos foi reitor da Universidade Estadual de Campinas, passando o cargo no passado ao professor Plínio Alves de Moraes. Segundo ele, o Governo precisou fazer um corte de verbas nas Universidades e na administração pública, justamente para atender o pedido de aumento dos professores e funcionários. "Entretanto, o corte na UNICAMP foi sobre a verba de investimentos e não na verba de custeio da Universidade", afirmou Zeferino, acrescentando que "isso não significa de maneira alguma que a Unicamp esteja em crise. E, digo isso por convicção, pois enquanto o reitor da Unicamp já atravessamos situações bem piores".

Ao passar o cargo para o atual reitor, no início de 78, Zeferino confirmou contundentemente que "não interfirirei na Unicamp, mas se mexerem com ela gritarei". Todavia, ontem Zeferino, que atualmente é presidente da FUNCAMP - Fundação da Unicamp, disse que "não é hora de gritar, porque a Universidade vem passando apenas por um momento de contenção de despesas que não chega ser uma crise financeira".

### MOTIVO

Enfatizando que a greve dos professores gerou todo esse clima dentro da Universidade, Zeferino disse que o "o Governo estava chegando e não sabia de nada. De repente o governador Paulo Salim Maluf se viu frente à frente com uma greve declarada sem nenhuma tentativa de negociação anterior".

- Os professores - acrescentou - sem qualquer outro entendimento prévio, resolveram adotar o último recurso, a greve. O governador se viu diante de uma imposição da greve, quando se pleiteavam um absurdo que era o aumento de 70 por cento mais dois cruzeiros para todos funcionários públicos. A exigência era absurda por dois motivos: primeiro porque 70 por cento a meu ver era insuficiente para o funcionário humilde; segundo, porque era exagerada para o corpo docente. Isso tudo, agravado pela circunstância de que os professores em meados de 78, com uma estruturação de vencimentos especificamente do corpo docente, obtiveram aumentos numa escala que variou de 68 por cento para os mais qualificados até 100 por cento para os principiantes.

De acordo com Zeferino, o ideal seria que através de uma solicitação prévia pelo reitor da Unicamp, e não por uma Associação, os docentes pleiteassem a atualização dos vencimentos em função da inflação ocorrida neste período.

"Ao invés disso - continuou - envolveram pobres funcionários que se sentiram empolgados porque, agora, teriam um aumento igual ao dos professores, esquecendo-se que os 70 por cento para um servente equivale a 1.400 cruzeiros por mês e para um professor titular significa 35 mil cruzeiros mensais. Será dessa forma que se quer promover justiça social desfazendo ainda mais o brutal desnível de vencimentos entre funcionários modestos e professores titulares?"

Ressaltando que os professores usaram os funcionários como "massa de manobra", Zeferino afirmou que "eles induziram pobres funcionários a uma greve ilegal, além de absurda".

- Há ainda outra circunstância - prosseguiu - que me leva a condenar a greve do corpo docente, sem prévio entendimento anterior: é que tradicionalmente tem sido regra que os vencimentos do corpo docente das Universidades estaduais, como os da magistratura tem tido um tratamento especial e é feita essa estruturação depois da lei geral de aumento dos funcionários públicos. Não se esperou e se promoveu uma greve ilegal intempestiva, e que a nada levou por falta de autoridade legal.

#### CORTE DE VERBAS

Afirmando que o corte de verbas atingiu as três universidades, além da própria administração do Estado, o professor Zeferino Vaz salientou que "nós não podemos escapar dele, porque não somos mais privilegiados do que a Secretaria da Educação, por exemplo. O corte nas Universidades, pode ser sempre corrigido posteriormente. Ele só foi feito para atender ao aumento proposto pelo governo do Estado, que é de 2 mil cruzeiros para todos funcionários; aumento que no caso dos mais humildes supera 100 por cento, que é legítimo e realmente social além da incorporação de mais 20 por cento no fim do ano".

- Não sequer - declarou - falar no ridículo de os professores pedirem também os dois mil cruzeiros. Ridículo, porque no caso do servente os dois mil representam a possibilidade de comprar feijão, arroz, óleo, ovos e leite para os filhos. Para os docentes - "esquerda escocesa" - esse montante representa a compra de duas garrafas de "whisky".

Zeferino também desmente que existem pesquisadores abandonando a Unicamp. Ele afirma que é normal um ou dois cientistas estrangeiros voltarem aos seus países o que não representa a queda na pesquisa desenvolvida pela Universidade.

Afinal - disse ele - deficiência de verba constituiu o estado econômico da Universidade. A Unicamp tem conseguido produzir porque graças a alta qualificação de seus quadros tem obtido auxílio precioso da Fapesp, CNPq, Finesp e Capes (instituições que financiam pesquisas) isto é, doações extra-orçamentais que em muitos casos têm permitido pagar aos professores e funcionários 50 por cento de seus vencimentos.

- A Unicamp esta na situação conjuntural que já vivi várias vezes em outras universidades e mesmo aqui. Já atravessamos momentos muito mais graves, quer do ponto de vista político como do ponto de vista de recursos orçamentários. Isso não impede de mantermos o alto nível que a Unicamp sempre teve.

## EX-REITOR PENSA QUE É PATRÃO

O ex-Reitor da UNICAMP, Zeferino Vaz, parece querer passar por cima não só do Reitor, dos funcionários e dos professores da Universidade,

como parece querer ficar no lugar do Governador Maluf; o patrão do funcionalismo. Em entrevista ao "Diário do Povo", sábado passado, o Professor Zeferino Vaz fez a absurda afirmação de que a greve foi reponsável pelo corte de verbas da Universidade e responsável por sua atual crise.

Todo mundo está cansado de saber que os cortes de verba estavam decididos bem antes da greve, em função da mesma política que fez o Governador nomeado sangrar os salários de seus funcionários. Pela análise do orçamento (que está sendo mais detalhada na Comissão especial de inquérito na Assembléia Legislativa por pressão do nosso movimento) sabemos que os cortes não eram necessários, nem o rebaixamento de nossos salários. O que o Maluf quer é reservar para os seus projetos faraônicos - do trem da alegria à nova Capital -.

Mas Zeferino assume um ar mais patronal ainda quando diz que antes da greve não houve qualquer tentativa de entendimento por parte dos funcionários. Ele sabe muito bem que no dia 16 de março uma comissão foi falar com o governador, e que desse dia até o dia 17 de abril, quando a greve foi deflagrada, essa comissão esteve sempre negociando e tentando negociações com o governador e seu secretariado. Durante a greve essas tentativas foram renovadas sem nenhum fruto.

A ADUNICAMP enviou também ao Magnífico Reitor da UNICAMP um memorial contendo nossas reivindicações que até agora não foi respondido oficialmente. As causas próximas da crise na UNICAMP devem-se unicamente à intransigência do Sr. Maluf. Todavia queremos afirmar aqui que as causas remotas estão nos 12 anos de gestão Zeferino Vaz, com um inchamento administrativo absurdo e uma centralização e falta de democracia nesta Universidade só condizente com o período de obscuridade por que passou o país nos últimos quinze anos.

Esquecendo-se de que um dia foi professor o ex-reitor lança calúnias sobre o conjunto de trabalhadores da Universidade. Mas os professores e funcionários desta não se enganam; sabem que seu patrão é o Governo do Estado e que não será com atitudes servis diante do Maluf e com injúrias que o Sr. Zeferino Vaz conseguirá domar a categoria. Sabemos que o fortalecimento da ADUNICAMP e a democratização da ASSUC é que permitirão obtermos nossas reivindicações. Não conseguiremos nada fazendo pedidos formais isolados à reitoria e às autoridades.

Lembramos ainda que em 1978 graças as movimentações da ADUSP, ADUNESP e ADUNICAMP os professores conseguiram um reajuste de 58 - 63% para os professores em tempo integral (e não 68 - 100% como diz o Prof. Zeferino); depois de dois reajustes consecutivos abaixo do índice oficial (76,77).

Foi esse exemplo; e a situação de baixíssimos salários que levaram os "pobres funcionários" a irem à greve; onde eles lutaram ombro a ombro com os professores e nunca serviram de "massa de manobra" como acusa o Prof. Zeferino; reafirmando o traço paternalista de sua personalidade autoritária.

Lamentamos profundamente a atitude de má fé do Sr. Zeferino Vaz e achamos que é um preço muito alto e indigno de ocaso de carreira; pago para se conseguir um cargo na administração do Sr. Maluf.

Diretoria e Conselho de Representantes  
da ADUNICAMP

## COMO AVANÇAR?

João Rodrigues Filho

Os políticos, intelectuais e certos setores do empresaria do brasileiro estão de acordo em reconhecer que o país passa por uma crise econômica, social e política profunda ou simplesmente que o Brasil está num impasse de grande envergadura.

A classe política encontra-se rachada em manter a unidade da oposição ou a criação de novos partidos; os operários notadamente os do ABCD pressionamos patrões, através de greves, por melhores condições de vida; os estudantes reclamam de uma participação mais ativa na vida política nacional através da reconstrução de suas entidades cassadas pela contra-revolução de 1964; a economia começa a entrar em recessão para controlar a inflação; os trabalhadores rurais se movimentam contra os grandes latifundiários pela posse de suas terras; o governo militar é obrigado a ensaiar uma abertura do regime por força da pressão popular e dos setores do empresariado descontentes com o chamado modelo econômico; e por úl

timo os funcionários públicos entram em greves por todo o país em busca de melhores salários e condições de trabalho. Enfim parece que o país está prestes a mudar de rumo com o surgimento de novas perspectivas de desenvolvimento.

Nestas circunstâncias que posição toma a esquerda brasileira? A confusão é total. Entretanto é possível determinar um denominador comum em torno do qual se aglutina todos os setores da esquerda, desde os mais radicais ao mais moderado. Este denominador comum é a luta pelas liberdades democráticas (direito de greve, etc.) e o fim da ditadura militar. Além disso uma fração da esquerda reclama a instalação de uma assembléia constituinte.

Esta direção que essência traduz o movimento da esquerda brasileira na atual conjuntura não tem fundamento histórico e se baseia em dois erros clássicos que tem no leão todo o movimento operário e popular no Brasil ao longo dos últimos anos. As palavras de ordem em que se desdobra a reivindicação pelas liberdades democráticas não possuem conteúdo real na atual situação do país e por isso não podem servir como uma direção progressista que possa orientar a luta dos trabalhadores pela sua libertação da exploração capitalista. Estes erros consistem em primeiro lugar, não compreender a categoria Revolução Burguesa e em segundo, substituir a história da classe operária brasileira e sua memória como classe.

O propósito deste artigo é, mesmo sumariamente, esclarecer as causas destes dois erros cometidos pela esquerda no caso especial das lutas de classes no Brasil atual e tentar mostrar a direção correta do movimento operário na atual situação de nosso país.

### 1. Revolução Burguesa e Liberdades Democráticas

As liberdades democráticas estão historicamente associadas com a revolução burguesa. Esta categoria é fundamental para a compreensão da luta de classe desenvolvidas a partir do século XV, época em que o capital mercantil dava seus primeiros sinais de desenvolvimento, colocando em cheque as velhas estruturas sociais da idade média. Entretanto esta categoria não possui um conteúdo axiomático que deve ser concretizado em todas épocas e lugares, mas ao contrário a revolução burguesa adquire de país para país contornos específicos, duração e profundidade de realizações superestruturais dentro do contexto real. Não poderia ser de outra forma, pois o marxismo não é uma doutrina com princípios rígidos, mas um método de análise da evolução social.

A revolução burguesa, entretanto, tem uma característica essencial que a define e esta condição esgota todo seu conteúdo real. Obviamente esta característica está associada a uma série de consequências mais ou menos profundas dependendo do contexto histórico em que a revolução se processa.

No desenvolvimento das forças produtivas da sociedade chega um ponto em que as relações de dependência de qualquer espécie do produtor de mercadorias com as estruturas vigentes torna-se um entrave para o desenvolvimento daquelas e a contradição atinge um ponto que se faz necessária a ruptura violenta do velho arcabouço social em que estava preso o produtor de mercadorias. Isto ocorre quando o capital mercantil atingiu um nível tal de desenvolvimento e acumulação que força uma revolução no sistema produtivo para satisfazer as novas necessidades de acumulação acelerada. A única saída é a libertação do produtor de qualquer vínculo com as velhas estruturas, permitindo esta total liberdade de confrontar no mercado com o capital como se fosse uma mercadoria qualquer.

A libertação do produtor de mercadorias e as garantias de que ele pode vender sua força de trabalho livremente no mercado constitui a essência da revolução burguesa, aquilo que a define, e aí esgota seu conteúdo real. Este processo ocorre num país determinado com características geográficas, raciais, culturais, jurídicas e políticas especiais e portanto esta ruptura violenta das velhas estruturas tem consequências particulares com profundidade variável nas transformações superestruturais da velha sociedade.

Do que foi dito acima concluímos que qualquer tentativa de fazer reproduzir transformações superestruturais verificadas num determinado país após a revolução burguesa num outro país com determinantes históricos diferentes constitui um erro que pode levar a graves consequências para a classe progressista, no caso a classe operária.

As chamadas liberdades democráticas possuem um conteúdo real progressista quando a revolução burguesa ainda não realizou efetivamente a libertação do produtor de mercadorias das relações de dependência da velha estrutura social. Entretanto elas se tornam reacionárias quando a força de trabalho pode confrontar com o capital livremente no mercado, embora as liberdades formais para esta confrontação não tenham atingido suas últimas consequências.

É necessário observar que as liberdades democráticas até certo limite é uma reivindicação tipicamente burguesa, é essencial ao desenvolvimento capitalista e traduz uma necessidade do avanço da grande indústria. Isto não

significa que estas reivindicações não sejam favoráveis aos trabalhadores, muito ao contrário. As garantias formais que permitem a força de trabalho ser vendida como qualquer mercadoria no mercado constituem um avanço para a classe trabalhadora, em determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. A profundidade com que a revolução burguesa realiza estas transformações no seio da velha estrutura social depende das características peculiares de cada país.

É verdade que um sistema económico jamais desaparece sem que tenham esgotadas suas potencialidades, mas isto não significa que estas potencialidades sejam levadas as últimas consequências pela classe que realizou a revolução, isto é, a burguesia. Neste ponto é que entra o papel de uma organização revolucionária para fazer avançar o movimento operário no sentido de realizar a revolução socialista, mesmo que a burguesia ainda não tenha efetivado todas as liberdades requeridas pela democracia. O período de transição de um sistema para outro após a revolução consiste exatamente em aprofundar estas liberdades para os trabalhadores o mais rápido possível para esgotá-las ao máximo ao mesmo tempo que as supera dando início a um sistema de organização económico e social superior.

## 2. O Brasil e a Revolução Burguesa

O Brasil de hoje é um país estruturalmente dependente do imperialismo, notadamente do imperialismo norte-americano. Esta dependência é histórica, mas depois da última grande guerra as estruturas de dependência se aprofundaram e acabou influenciando todos os aspectos da vida social brasileira, desde o económico ao religioso. Embora as relações internas possuam nítido carácter capitalista, este capitalismo assume feições particulares devido a estrutura de dependência. Consequentemente os caracteres que definem o capitalismo clássico aparecem aqui distorcidos e as vezes irreconhecíveis. Um destes aspectos, senão o fundamental, que nos está interessando no momento é a revolução burguesa.

Note-se que só pelo fato de se admitir que o Brasil é um país capitalista, embora dependente, já pressupõe que a revolução burguesa em sua essência (que caracterizamos na primeira parte deste artigo) tenha se realizado. O curioso, entretanto, é que existem certos setores da esquerda, a despeito deste fato incontestável, que tomam como palavra de ordem determinadas liberdades democráticas que as premissas de sua análise já tiram delas todo conteúdo teórico e que como veremos mais adiante também o prático.

É indiscutível que a força de trabalho é livre de confrontar no mercado com o capital em nosso país e podemos dizer livre até demais, pois, o FGTS está aí para facilitar ainda mais este confronto. Isto demonstra o fato de que a revolução burguesa não é mais uma necessidade histórica do país, pois em sua essência esta já é um fato consumado e seu apogeu ocorreu, dentro das condições específicas do país, com a revolução de 1930. As consequências jurídicas e políticas da libertação do produtor de mercadorias dentro do contexto de dependência histórica do Brasil já foram levados ao ponto até onde permitiu as condições específicas do país. As leis trabalhistas do Governo Vargas constituem o limite máximo a que poderia ter chegado a burguesia nacional sob a tutela do imperialismo norte-americano.

Diversos estudiosos de nossos problemas mantêm a posição de que a revolução burguesa ainda não se completou no Brasil e que é necessário que os trabalhadores associem a chamada "burguesia nacional" para fazer avançar a revolução. Considerando a análise da revolução burguesa que fizemos na primeira parte deste artigo, facilmente vemos o absurdo de tal colocação e dispensamo-nos comentá-la.

Esta visão anti-marxista da realidade brasileira não incomodaria ninguém se ficasse restrita ao convívio dos intelectuais, nos campus universitários e nas chopadas dos estudantes. Entretanto a coisa muda de figura, e é esta a razão deste artigo, quando a esquerda conseqüente tenta levar este tipo de análise com suas palavras de ordem democráticas ao nível do movimento operário. Como estas palavras de ordem já não traduzem o avanço das transformações exigidas pelas forças produtivas, elas se transformam em palavras de ordem contra-revolucionárias e só faz atrasar o processo histórico.

Poderia se argumentar: o direito de greve não é importante para a classe trabalhadora? Não devemos lutar para restituir o que foi usurpado aos trabalhadores pela contra-revolução de 1964?

A razão destas questões repousa nos dois erros que mencionamos no início deste ensaio. Primeiro, tendo a revolução burguesa esgotado seu conteúdo revolucionário no Brasil o movimento de 1964 foi de fato uma contra-revolução pois tratava-se de retardar a revolução socialista que seria o próximo passo dentro da história do país. Não importa se a classe operária estava conscientizada ou não, pois o problema de conscientização não é um pressuposto para a revolução, mas uma das variáveis da própria revolução. Segundo, a classe operária tem uma memória enquanto classe, tem sua história. Desde o início do século, com as greves dirigidas

pelos anarquistas, às grandes greves de 1963 a classe operária têm acumuladas vitórias e derrotas que constituem sua memória como classe. É um grande erro considerar a classe operária como uma criança recém-nascida, sem passado e sem história. Esta história mostra como, por exemplo, o direito de greve jamais melhorou sua situação real, mas só serviu para o uso pessoal de politiquinhos inescrupulosos e oportunistas, e portanto esta liberdade formal não constitui bandeira de luta para sua libertação.

Mas então, que fazer? Como avançar a luta da classe trabalhadora? Respondemos: lutar pela revolução socialista. Como dissemos antes somente a revolução socialista irá aprofundar as liberdades democráticas à classe trabalhadora ao mesmo tempo que as superará com a implantação de uma sociedade superior. Pergunta-se ainda: mas estamos numa ditadura e nem estas liberdades possui a classe trabalhadora? Respondemos: não é porque não se tem alguma coisa que ela seja uma necessidade objetiva e histórica.

Fechando estas considerações sobre a realidade atual do Brasil e o papel da esquerda no movimento dos trabalhadores podemos sintetizar toda esta análise crítica indicando uma palavra de ordem que traduz o presente e visualiza o futuro: GOVERNO DE TRANSIÇÃO DOS TRABALHADORES.

**LEMBRETE:**

TODA QUINTA REUNIÃO DA ADUNICAMP  
AS 17HS NA CB-05.

**ATENÇÃO**

O PRÓXIMO JORNAL SERÁ FECHADO NO  
DIA 27 DE JULHO DE 1979.

QUEM POSSUIR ALGUMA CONTRIBUIÇÃO,  
ENTREGUE ATÉ ESTA DATA NA SALA DA  
ADUNICAMP. (das 13:30 às 17hs).

**sede  
da  
adunicamp (\*)**

